

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações do resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas as demonstrações financeiras	12







GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	367	961
Contas a receber de clientes	4	208	184
Tributos a recuperar	5	2	2
Outros ativos circulantes	6	37	61
Total do ativo circulante		614	1.208
Ativo não circulante			
Propriedades para investimentos	7	20.143	17.938
Imobilizado e intangível	8	17	51
Total do ativo não circulante		20.160	17.989
Total do ativo		20.774	19.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	9	116	100
Obrigações trabalhistas	10	64	91
Obrigações tributárias	11	118	123
Partes relacionadas	21	28	35
Outros passivos	12	46	1.007
Provisões para contingências	13	-	80
Total do passivo circulante		372	1.436
Passivo não circulante			
Provisões para contingências	13	59	-
Total do passivo não circulante		59	-
Patrimônio líquido			
Capital social	15	13.719	13.719
Reserva de lucros		6.625	4.042
Total do patrimônio líquido		20.344	17.761
Total do passivo e patrimônio líquido		20.775	19.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	3.108	2.805
Custos operacionais	17	(727)	(986)
Lucro bruto		2.381	1.819
Despesas operacionais	18	(654)	(434)
Resultado de ajuste a valor justo de propriedades para investimento	7	2.133	(7.516)
Depreciação e amortização	8	(16)	(16)
Outras receitas / despesas diversas	19	87	(77)
Lucro antes do resultado financeiro		3.931	(6.224)
Receitas financeiras	20	134	89
Despesas financeiras	20	(9)	-
Resultado financeiro líquido		125	89
(Prejuízo) / Lucro antes dos impostos		4056	(6.135)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(405)	(326)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	960
(Prejuízo) / Lucro líquido dos exercícios		3.651	(5.501)
(Prejuízo) / Lucro por ação		0,2661	(0,4010)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo) / Lucro dos exercícios	3.651	(5.501)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total dos resultados abrangentes dos exercícios	3.651	(5.501)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	(-) Capital a Integralizar	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.719	-	218	9.325	-	23.262
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.501)	(5.501)
Absorção do prejuízo	-	-	-	(5.501)	5.501	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.719	-	218	3.824	-	17.761
Lucro do exercício	-	-	-	-	3.651	3.651
Distribuição de Lucros	-	-	-	-	(201)	(201)
Distribuição obrigatória de Lucros	-	-	-	-	(867)	(867)
Reserva legal	-	-	183	-	(183)	-
Reserva de Lucros	-	-	-	2.400	(2.400)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.719	-	401	6.224	-	20.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Saldos em R\$ Mil)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
(Prejuízo) / Lucro líquido dos exercícios	3.651	(5.501)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Depreciação e amortização	16	16
Ajuste de conciliação imobilizado	18	-
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(2.133)	7.516
Provisão para perdas esperadas	(1)	1
Provisão para contingências	(21)	11
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	405	(634)
	1.935	1.409
Variações nos ativos e passivos		
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos:		
Contas a receber de clientes	(23)	(81)
Tributos a recuperar	-	18
Outros ativos circulantes	24	(25)
(Decréscimo)/ acréscimo em passivos:		
Fornecedores	16	20
Obrigações trabalhistas	(27)	37
Obrigações tributárias	(50)	(1)
Outros passivos circulantes	(962)	(58)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	913	1.319
Impostos pagos sobre o lucro	(360)	(301)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	553	1.018
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Adições a propriedades de investimento	(72)	(674)
Adições ao imobilizado e intangível	-	(14)
Fluxo de caixa líquido utilizado em atividades de investimento	(72)	(688)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:		
Mútuos de partes relacionadas	(7)	35
Dividendos pagos	(1.068)	(103)
Fluxos de caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	(1.075)	(68)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(594)	262
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	961	699
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	367	961
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(594)	262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras

(Em 31 de dezembro de 2023 e 2022)

1 Contexto operacional

A Companhia GA RJ Maracanã Locação de Espaço S.A. está localizada na Rua São Francisco Xavier, 842, São Francisco Xavier, Rio de Janeiro, RJ. A companhia foi constituída em 10 de agosto de 2011.

A Companhia tem por objeto a locação temporária de espaços individuais e privativos, destinados ao armazenamento de bens ou mercadorias, na modalidade de autosserviço, ou seja, com responsabilidade do locatário pela colocação, guarda, conservação ou retirada dos bens depositados, locação de salas e escritórios, venda de material de embalagens e armazenamento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Empresa de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

Em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração efetuou análises e concluiu por não existirem evidências de incertezas sobre a continuidade das operações da Empresa aqui apresentadas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram concluídas e aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3 Investimento em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixar de existir.

As empresas investidas estão demonstradas abaixo:

Investida	Tipo	Participação	
		31/12/2023	31/12/2022
GA Jundiaí Locação de Espaço S.A.	Coligada	0,001	0,001

Em 31 de dezembro de 2023 o investimento na GA Jundiaí Locação de Espaço S.A. é próximo de zero, desta forma, em função da imaterialidade do saldo a administração optou por não realizar demais divulgações sobre esta investida.

2.2 Políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

2.2.1 Resultado do exercício

A receita de prestação de serviços é reconhecida por meio do regime de competência. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência quando previsíveis e pelo regime de caixa quando imprevisíveis. Os custos de mercadorias vendidas são apurados pelo regime de competência.

2.2.2 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, ambas com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

2.2.4 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade (terreno ou edifício - ou parte de edifício - ou ambos) mantida (pelo proprietário ou pelo arrendatário em arrendamento financeiro) para auferir aluguel ou para valorização do capital ou para ambas, e não para: (a) uso na produção ou fornecimento de bem para finalidades administrativas; ou (b) venda no curso ordinário do negócio. Propriedade ocupada pelo proprietário é a propriedade mantida (pelo proprietário ou

pelo arrendatário sob arrendamento financeiro) para uso na produção ou fornecimento de bens ou para finalidades administrativas.

As propriedades para investimentos são inicialmente registradas pelo respectivo custo de aquisição e subsequentemente ao reconhecimento inicial, a propriedade para investimento é avaliada pelo valor justo utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”).

Alguns custos incorridos após a aquisição, construção ou produção de uma propriedade de investimento são capitalizados como parte do seu custo, quando aplicável.

2.2.5 **Imobilizado**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado no final de cada exercício social. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Bens	Taxas depreciação em %
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	10
Computadores e periféricos	20
Equipamentos de comunicação	10

2.2.6 **Intangíveis**

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) *Amortização*

A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A vida útil estimada dos ativos intangíveis são as seguintes:

Bens	Taxa amortização em %
Software	20

2.2.7 *Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8 *Imposto de renda e contribuição social – correntes*

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no regime de tributação do lucro presumido por competência, o qual é aplicável às companhias cujo faturamento anual do exercício imediatamente anterior tenha sido inferior a R\$ 78 milhões. Nesse contexto, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% para receitas de aluguéis e 100% para receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regular dos respectivos imposto e contribuição (15% para o imposto de renda, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes, os quais são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2.9 *Ativos e passivos contingentes e obrigações legais*

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis e possíveis são divulgados em nota explicativa;
- (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como prováveis ou possíveis, sendo provisionado o valor de 75% e 37,5% do valor da causa, respectivamente, desde que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, pois não dependem da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

2.2.10 *Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de impairment. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis.

2.2.11 *Instrumentos financeiros*

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis ao custo amortizado e ao seu valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de

ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.12 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários são sujeitos à avaliação do impacto de ajuste a valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento.

2.2.13 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2.14 Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

2.3 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 4.b** - Provisão para perdas de crédito esperadas: Valores de locações de espaços temporários a receber de clientes correspondentes aos contratos firmados junto à Companhia, apropriados conforme o regime de competência. Sua classificação é apresentada no circulante, pois o prazo de recebimento é inferior à um ano.

A Companhia adota as taxas abaixo para reconhecer as perdas dos títulos vencidos:

Taxa de perda estimada	%
De 0 – 120 dias	0%
Acima de 120 dias	100%
Acima de 180 dias	Perda

- **Nota explicativa nº 7** – Determinação do valor justo de propriedades para investimento: Ao mensurar o valor justo das propriedades para investimento, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos dessas propriedades são classificados como nível 3, ou seja, baseados em inputs, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), cujo as premissas utilizadas estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.
- **Nota explicativa nº 13** - Reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Quando estes processos ocorrem, as provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos, conforme nota explicativa nº 13.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é

utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 7.b.** – propriedade para investimento

2.4 Novas normas e futuros requerimentos

- **Novos requerimentos atualmente em vigor**

A tabela abaixo apresenta a lista das recentes alterações nas Normas que estão em vigor:

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Divulgações de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (alteração ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alteração ao CPC 32)
23 de maio de 2023	Reforma tributária internacional – Regras modelo do pilar dois (alterações ao CPC 32)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2023.

• **Futuros requerimentos**

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2024	Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06) Passivo não circulante com covenants e Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26)
1º de janeiro de 2025	Ausência de conversibilidade (alteração ao CPC 02)

3 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor:

	2023	2022
Caixa e Bancos	367	416
Aplicações financeiras (a)	-	545
	367	961

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas pela taxa de 70% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) no exercício findo em 31/12/2022 e são representadas por aplicações em CDBs, que permitem resgate antecipado. Porém visto que findo o ano em 31/12/2023 não houve saldo em aplicações financeiras.

4 Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos:

	2023	2022
Contas a receber de clientes (a)	55	67
Outras Contas a receber (i)	156	121
(-) Provisão para Perdas de créditos Esperadas (b)	(3)	(4)
	208	184

- (i) Do saldo de 2023, o valor de R\$ 156 refere-se a valores a serem repassados a Companhia por emissoras de cartão, decorrente do pagamento feito por clientes usando cartão de crédito.

a. Composição dos saldos e por prazo de vencimento

	2023	2022
Valores a vencer	12	3
Valores vencidos		
De 1 a 30 dias	25	43
De 31 a 60 dias	7	13
De 61 a 120 dias	8	4
Acima de 121 dias	3	4
Total	55	67

b. Movimentação das provisões para perdas de créditos esperadas:

	2023	2022
Saldo inicial	(4)	(3)
Adições	(11)	(20)
Baixas	12	19
Total	(3)	(4)

A Companhia reconhece a provisão de crédito de liquidação duvidosa (PCLD) para itens em atraso a mais de 120 dias e a partir de 180, caso a inadimplência continue o contrato e baixado para perdas.

5 Tributos a recuperar

Os saldos a recuperar e compensar de impostos derivam das operações da Companhia (nota nº 1 contexto operacional), e são basicamente recuperados e compensados no mês a mês, os saldos acumulados nos anos de 2022 e de 2023 são os que seguem:

	2023	2022
IR s/aplicação financeira	2	<u>2</u>
	<u>2</u>	<u>2</u>

6 Outros ativos circulantes

	2023	2022
Outros créditos	18	36
Adiantamento de fornecedores	19	25
	<u>37</u>	<u>61</u>

7 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por imóveis que são padronizados e utilizados para locação a pessoas físicas ou jurídicas para a guarda de bens na modalidade autosserviço. Cada contrato tem um período inicial não revogável de 1 mês com o valor mensal do aluguel fixado por meio de contrato entre as partes. Renovações subsequentes são negociadas com os clientes ou são realizadas de forma automática, de acordo com a característica de cada contrato.

a. Mensuração do valor Justo

O Companhia adotou método do valor justo conforme pronunciamento técnico CPC 28 (Propriedade para investimento). O valor justo das propriedades para investimento foi determinado por avaliador interno, com qualificação profissional adequada e reconhecida e experiência no ramo de self storage.

O avaliador calcula o valor justo da propriedade para investimento a cada três meses. A mensuração do valor justo da propriedade para investimento foi classificada como nível 3 na hierarquia de valor justo, cujo as premissas gerais estão detalhadas na nota explicativa nº 7.b.

Abaixo a composição e movimentação das propriedades para investimento.

	2023	2022
Saldo Inicial	17.938	24.780
Aquisições/Benfeitorias	72	674
Ajuste a valor justo em propriedades para investimento	2.133	(7.516)
	<u>20.143</u>	<u>17.938</u>

b. Principais premissas utilizadas

Em 31 de dezembro de 2023, a estimativa do valor justo utiliza o Método de Fluxo de Caixa Descontado (“FCD”), cujo a projeção contempla os fluxos de caixa de 7 anos de operação e um valor terminal ao final do sétimo ano, utilizando uma taxa de capitalização de 13,9% (13,6% em 2022).

8 Imobilizado e Intangível

Os detalhes dos ativos imobilizados da Companhia estão demonstrados a seguir:

Custo	Moveis e Utensílios	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Computadores e periféricos	Equipamentos de Comunicação	Software	Total
31 de dezembro de 2022	<u>71</u>	<u>8</u>	<u>31</u>	<u>41</u>	<u>24</u>	<u>14</u>	<u>189</u>
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conciliação	<u>1</u>	<u>11</u>	<u>(4)</u>	<u>(10)</u>	<u>(5)</u>	<u>(4)</u>	<u>(11)</u>
31 de dezembro de 2023	<u>72</u>	<u>19</u>	<u>27</u>	<u>31</u>	<u>19</u>	<u>10</u>	<u>178</u>
Depreciação							
31 de dezembro de 2022	<u>(59)</u>	<u>(7)</u>	<u>(12)</u>	<u>(31)</u>	<u>(16)</u>	<u>(13)</u>	<u>(138)</u>
Depreciação do exercício	<u>(6)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3)</u>	<u>(4)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>
Ajuste de depreciação	<u>(6)</u>	<u>(11)</u>	<u>(10)</u>	<u>10</u>	<u>6</u>	<u>4</u>	<u>(7)</u>
31 de dezembro de 2023	<u>(71)</u>	<u>(19)</u>	<u>(25)</u>	<u>(25)</u>	<u>(12)</u>	<u>(9)</u>	<u>(161)</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>17</u>
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	<u>12</u>	<u>1</u>	<u>19</u>	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>1</u>	<u>51</u>

9 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores nacionais	51	30
Fornecedores nacionais - Seguros	65	70
	<u>116</u>	<u>100</u>

10 Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Encargos sociais	14	30
Contribuições sociais	7	11
Provisão de férias e 13º salário	15	15
Provisão de bônus	28	35
	<u>64</u>	<u>91</u>

11 Obrigações tributárias

	2023	2022
ICMS a recolher	-	1
IRRF a recolher – 1708	1	1
IRRF a recolher - 0561	1	2
Pis a recolher	2	2
COFINS a recolher	9	12
INSS retido a recolher	1	8
CSLL/PIS/COFINS - 4.65%	2	2
IR a recolher	64	61
CS a recolher	36	26
ISS retido a recolher	-	8
	<u>118</u>	<u>123</u>

12 Outros passivos

	2023	2022
Adiantamento de clientes	16	27
Devolução de cliente	8	19
Provisões de publicidade e propaganda	22	-
Dividendos a pagar	-	933
Outras contas a pagar	-	28
	<u>46</u>	<u>1.007</u>
Total	46	1.007

13 Provisões para contingências

A Companhia possui passivos contingentes relacionados a ações judiciais decorrentes do curso normal dos seus negócios. Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

Todos os processos nos quais a Companhia figurar no polo passivo, são classificados pelo Escritório de Advocacia sob a visão de prognóstico de perda, com as seguintes definições e respectivas provisões sobre o valor:

- a. Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer, com provisão no percentual de 75% (setenta e cinco por cento);
- b. Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota, com provisão no percentual médio de 37,5% (trinta e sete e meio por cento); e
- c. Remoto: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é muito pequena, percentual de provisão igual a zero.

A Companhia é ré em demandas judiciais trabalhistas que estão sob os cuidados de advogados externos contratados, cujo maiores detalhes estão abaixo relacionados.

	2023	2022
Reclamações trabalhistas	59	80
Total	59	80

As movimentações das provisões para demandas judiciais estão demonstradas abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	80	69
Constituição	5	11
Baixa	(26)	-
Saldo final	59	80

14 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social corrente		
Despesas do ano corrente	(405)	(326)
Total de imposto de renda das operações	(405)	(326)

b. Reconciliação de despesas fiscais e alíquota de imposto efetiva

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Serviços	3.218	3.218	2.905	2.905
() Presunção	32%	32%	32%	32%
(=) Base de cálculo	<u>1.030</u>	<u>1.030</u>	<u>930</u>	<u>930</u>
Receita de revenda de mercadorias	12	12	7	7
() Presunção	8%	8%	8,00%	12,00%
(=) Base de cálculo	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Receitas financeiras/Outras	230	230	98	98
Total - BC	1.261	1.261	1.028	1.028
Alíquota	<u>15%</u>	<u>9%</u>	<u>15%</u>	<u>9%</u>
Imposto a recolher	189	113	154	93
Adicional 10%	103	-	79	-
(-) IRRF sobre aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Totais	<u>292</u>	<u>113</u>	<u>233</u>	<u>93</u>
Total de IRPJ	292			233
Total de CSLL	113			93
Total	<u>405</u>			<u>326</u>

15 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado, subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 13.719 (R\$ 13.719 em 31 de dezembro de 2022), composto por R\$ 13.718.784 ações ordinárias (R\$ 13.718.784 ações em 2022).

Em outubro de 2021 na 11ª alteração contratual a Companhia foi transformada de sociedade empresária limitada, para sociedade por ações de capital fechado. Em 31 de dezembro de 2023 a composição acionária é a seguinte:

Sócios	Valor	Quantidade de ações	Part.
GA I Participações S.A.	13.719	13.718.783	99,999
GA RP Anhanguera Locação de Espaço S.A.	-	1	0,001
	13.719		100,00

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2023 foi constituído a título de reserva legal mais R\$ 183, ficando o saldo de reserva legal de R\$ 401 (R\$ 218 em 31 de dezembro de 2022).

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de reserva de retenção de lucros é de R\$ 6.244 (R\$ 3.824 de 31 de dezembro de 2022).

c. Dividendos

O estatuto social da Entidade determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da Lei.

Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2023	2022
Resultado do período	3.651	(5.571)
(-) Reserva legal (5%)	(183)	-
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.468	(5.571)
Dividendos obrigatórios – 25%	867	-

16 Receita operacional líquida

	2023	2022
Vendas de mercadorias	12	7
Receitas com locações	3.218	2.905
Total	3.230	2.912
Deduções da Receita		
(-) ICMS	(3)	(1)
(-) COFINS	(99)	(87)
(-) PIS	(20)	(19)
Total	(122)	(107)
Total Receita líquida	3.108	2.805

17 Custos operacionais

	2023	2022
Revenda de material	(5)	(7)
Despesa com pessoal	(302)	(290)
Outros custos	(420)	(689)
	(727)	(986)

18 Despesas operacionais

	2023	2022
Prestação de serviço terceiros	(192)	(175)
Impostos, Taxas e contribuições	(273)	(244)
Despesas administrativas	(189)	(15)
	(654)	(434)

19 Outras despesas diversas

	2023	2022
Despesas indedutíveis	(3)	(32)
Resultados não operacionais	74	(1)
Outras despesas operacionais (Perda)	(5)	(29)
Outras receitas	21	(15)
	87	(77)

20 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Receita Financeira		
Juros de aplicação	125	74
Juros ativo	9	15
	134	89
Despesa Financeira		
Descontos concedidos	(8)	-
Juros passivos	(1)	-
	(9)	-
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro Líquido	125	89

21 Partes relacionadas

a. Pessoal chave da administração

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis, uma pessoa, ou um membro próximo de sua família está relacionada com a entidade que reporta a informação se: (i) tiver o controle pleno ou compartilhado da entidade que reporta a informação; (ii) tiver influência significativa sobre a entidade que reporta a informação; e (iii) for membro do pessoal chave da administração da entidade que reporta a informação ou da controladora da entidade que reporta a informação.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não realizou operações com o pessoal chave da administração.

b. Outras partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía a pagar para parte relacionada GA BR Matriz, o valor de R\$ 35, cujo valor não possuía vencimento ou correção monetária e foi decorrente de rateio de contas entre as empresas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou operações com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía a pagar para parte relacionada o montante de R\$ 2, sendo para a GA BR Matriz, o valor de R\$ 20, R\$ 6 para a GA BH Pampulha, R\$ 1 para GA SP Limão e R\$ 1 para GA SP Tatuapé cujo valores não possuía vencimento ou correção monetária e foi decorrente de rateio de contas entre as empresas.

22 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia possuía instrumentos financeiros quais sejam contas correntes e aplicações financeiras feitas com instituições devidamente reguladas pelo Banco Central do Brasil, contas a receber de clientes e fornecedores.

	Valor Justo	Passivo ao custo amortizado	Total 2023	Nível 2	Total 2023
31 de dezembro de 2023					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	367		367	367	367
Contas a receber	208		208	208	208
Passivo, conforme balanço patrimonial					

Fornecedores		116	116		116
	Valor Justo		Passivo ao custo amortizado	Total 2022	Nível 2 Total 2022
31 de dezembro de 2022					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	961	-	961	961	961
Contas a receber	184	-	184	184	184
Passivo, conforme balanço patrimonial					
Fornecedores	-	100	100	-	100

23 Gestão de riscos

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade de estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento de gerenciamento de risco.

A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras da Companhia.

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por ativos emitidos por grandes bancos, tais como Itaú. Desta forma, a Companhia entende que para esses, não há risco de crédito, dado o rating que tais instituições possuem no mercado nacional.

Já o contas a receber são representados, substancialmente, pelos valores oriundos de aluguéis a receber que decorrem das atividades de locação de espaços da Companhia, cujo a exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. A Companhia entende que o valor contábil desses recebíveis representa a exposição máxima do crédito, uma vez que tais valores levam em consideração a política da Companhia de

provisionamento, uma vez que cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes da locação do espaço.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação.

A Companhia busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(i) Risco de taxa de juros

As flutuações das taxas de juros, como por exemplo, o CDI/Selic e o IGP-M, podem afetar positivamente ou adversamente as demonstrações financeiras da Companhia, em decorrência do aumento ou redução nos saldos de seus instrumentos financeiros.

A Companhia preparou uma análise de sensibilidade para demonstrar os impactos das variações nas taxas de juros das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, esse estudo tem como cenário provável as projeções para 2023, conforme segue: (i) a taxa CDI/Selic em 12,75% a.a., com base na projeção do Banco Central do Brasil, obtida pelo Relatório de Mercado Focus – Bacen, de 03/03/2023.

A Administração da Companhia efetuou análise de sensibilidade para um cenário de 12 meses. Foram considerados decréscimos ativos de 25% e 50%, conforme abaixo e a análise assume que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

31 de dezembro de 2023			
Indexador		25%	50%
CDI/Selic			
31 de dezembro de 2022			
Indexador		25%	50%
CDI/Selic	12,75%	9,56%	6,38%
	Saldo Líquido em 31/12/2023	Cenário Provável	Decréscimo de 25
			Decréscimo de 50

Ativos	Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses				
Aplicação financeira	CDI/Selic	Saldo Líquido em 31/12/2023	Cenário Provável	Decréscimo de 25	Decréscimo de 50
Ativos					
Expectativa de Receitas Financeiras - 12 meses					
Aplicação financeira	CDI/Selic	556	74	55	37

24 Outras informações

Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

25 Eventos subsequentes

A administração não identificou eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2023 a serem divulgados nessas demonstrações financeiras.